

HABEAS CORPUS Nº 491.863 - SP (2019/0032840-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JULIANA PASCUTTI FERREIRA DE OLIVEIRA - SP275887
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVID VELOZO CAMARA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DAVID VELOZO CAMARA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Apelação nº 0068978-20.2016.8.26.0050.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, como incurso nas sanções do art. 180, *caput*, do Código Penal.

Em segunda instância, o Tribunal de origem deu provimento ao apelo do *Parquet* para condenar o paciente à 8 anos, 3 meses e 16 dias de reclusão, em regime fechado, como incurso no art. 157, § 2º, inciso II, do CP. Ainda, a Corte *a quo* deu parcial provimento ao apelo defensivo para reduzir a pena do delito de receptação para 1 ano, 4 meses e 10 dias de reclusão.

Sustenta o impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que a pena-base teria sido exasperada considerando-se desfavorável os "maus antecedentes" com esteio, apenas, em ação penal sem o trânsito em julgado, em detrimento ao enunciado sumular n.º 444 do STJ, motivo pelo qual deveria ser fixada no mínimo legal.

Alega que a elevação da pena em 1/3 (um terço), face a reincidência específica, teria sido excessiva e desproporcional, devendo ser reduzida a fração para 1/6 (um sexto).

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que a pena-base seja fixada no mínimo legal e alterada a fração de aumento utilizada com base na reincidência para 1/6 (um sexto).

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Com efeito, o pleito liminar em sede de *habeas corpus*, em razão da ausência de previsão legal de tal medida - a qual é admitida pela doutrina e jurisprudência pátria apenas em caráter excepcional, quando evidenciado, de plano, o alegado constrangimento ilegal -, serve como meio de se acautelar o bem da vida posto em discussão no remédio constitucional, sendo inviável o seu deferimento quando verificada a sua carga eminentemente satisfativa.

E, na hipótese dos autos, não obstante os relevantes argumentos expostos

na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator